

INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO PIAUÍ

Estudo Técnico Preliminar 6/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23175.000116/2026-90

2. Descrição da necessidade

Trata-se de estudo referente à primeira etapa da fase de planejamento, com o objetivo de assegurar a viabilidade técnica das aquisições, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão de base para a elaboração do Termo de Referência (TR), visando futura e **eventual aquisição de materiais de consumo, compreendendo material de expediente e suprimentos de impressão (cartuchos e toners), destinados a atender às requisições dos setores Administrativos e Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus São Raimundo Nonato e demais órgãos participantes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A presente necessidade de aquisição tem o objetivo atender as requisições dos setores Administrativos e Educacionais do *Campus* visando garantir o desempenho regular de suas atividades, bem como atender ao princípio da economicidade. Com o início do semestre letivo, os estoques têm diminuído consideravelmente, justificando a compra, objetivando com esse fim o pleno atendimento das requisições e observando o que determina a Instrução Normativa nº 205 de 1988, a qual determina em seu inciso 7.3.1, que trata da competência do setor de controle de estoque entre elas: I. Determinar o método e grau de controles a serem adotados para cada item e II. Identificar o intervalo de aquisição para cada item e a quantidade de ressuprimento.

A referida contratação se justifica ainda, com base no artigo 3º, inciso I do Decreto nº. 11.462 de 31 de março de 2023, uma vez que as quantidades relacionadas visam garantir a manutenção dos serviços respectivos, durante a vigência da ata de registro de preços, evitando a manutenção de estoques elevados ou o não atendimento de requisições por falta de materiais nos estoques, pelo que o registro de preços mostra-se como a ferramenta mais adequada à celeridade nas aquisições e ao controle orçamentário durante o exercício.

Deverá ser adotado como critério de julgamento, a adjudicação por item, em razão do parcelamento do objeto, conforme previsto nos arts. 18, §1º, inciso VIII, e 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto divisível, técnica e economicamente viável. Embora as entregas ocorram de forma integral a cada emissão de nota de empenho, tal característica não inviabiliza a adjudicação por item, uma vez que os materiais são independentes entre si e amplamente disponíveis no mercado. A medida visa ampliar a competitividade e possibilitar a participação de maior número de fornecedores.

A contratação deverá ser formalizada por Sistema de Registro de Preços, considerando que os bens a serem adquiridos podem ser a necessidade de outras Unidades Gestoras, propiciando a participação destas no certame vindouro. Soma-se à adoção do SRP, o fato de haver apenas a expectativa de crédito para as aquisições desejadas, onde este provimento poderá ocorrer durante o período de vigência da ARP a ser lavrada, possibilitando as futuras e eventuais aquisições, evitando a manutenção de estoques elevados ou o não atendimento de requisições por falta de materiais nos estoques e ao controle regular dos gastos orçamentários durante o exercício.

O objeto da contratação possui natureza de fornecimento comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, com base em especificações usuais de mercado, conforme disposto no inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo, compreendendo material de expediente e suprimentos de impressão (cartuchos e toners), a fim de assegurar a continuidade das atividades administrativas e educacionais do IFPI – *Campus* São Raimundo Nonato. Ressalta-se que não há, atualmente, ata de registro de preços vigente para o referido objeto.

Ressalta-se ainda que este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em observância às diretrizes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), adotando-se estrutura compatível com as boas práticas de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá ser realizada por meio de pregão eletrônico, modalidade registro de preço.

Da participação no certame

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

Não poderão participar desta licitação os interessados:

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante;
- Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, salvo hipóteses justificadas no processo licitatório, conforme art. 15 Lei nº 14.133.

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

Entrega e critérios de aceitação do objeto

A contratada deverá apresentar descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, marca, modelo, fabricante, prazo de validade, quando for o caso.

Na proposta de preços devem estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, bem como os tributos incidentes, além de treinamento (quando aplicável), embalagem, seguro, transporte, carga e descarga, inclusive frete, se houver.

Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da licitação.

O material deverá ser entregue na área de recebimento/Coordenação de Patrimônio e Almojarifado, nos seguintes horários: manhã - 7h às 11h; tarde - 14h às 18h.

Compete ao fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e a movimentação do equipamento ou material do veículo até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento.

A despesa relativa à entrega do objeto correrá por conta exclusiva da licitante vencedora.

O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da data de envio do empenho, em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os produtos deverão atender integralmente às especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e na nota de empenho, sendo a atestação da despesa condicionada à verificação de sua conformidade.

Os itens deverão ser novos, sem uso anterior, originais, de boa qualidade e livres de defeitos ou vícios que comprometam sua utilização, devendo ser entregues em embalagens originais do fabricante, adequadas à proteção durante o transporte, e atender às necessidades institucionais com eficiência, especialmente no âmbito das atividades administrativas, observando-se planejamento adequado das aquisições, a fim de evitar desperdícios, aquisições desnecessárias e perdas decorrentes de vencimento ou inadequação às requisições.

Quando do recebimento do objeto, nas situações em que o material ofertado tenha prazo de validade determinado pelo fabricante, será observado o disposto no Termo de Referência.

A contratada deverá substituir os produtos rejeitados no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da notificação, às suas expensas, prazo considerado compatível com o prazo de entrega inicialmente estabelecido e com a natureza dos materiais, sem prejuízo da continuidade do atendimento das demandas da Administração.

As parcelas serão entregues, sob demanda, mediante Ordens de Fornecimento emitidas por *Campus*/unidade, nos endereços indicados no Termo de Referência, dentro dos prazos e condições logísticas estabelecidos, sendo o faturamento e o aceite ocorrerão por unidade requisitante.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15(quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Além das condições de aceitabilidade dos produtos, descritas nos subitens acima, ainda deverão ser observados os critérios de sustentabilidade que permitam a reutilização e/ou reciclagem das embalagens dos produtos, no que couber (Lei 12.305/2010, art. 32).

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões expostas adiante: Por ser uma compra de materiais, preponderantemente de consumo e comuns, conforme item Descrição da Necessidade deste Estudo, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

Demais instruções para construção da proposta e/ou obrigações da contratada deverão constar no Edital e anexos.

Da exigência de amostra

Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação:

- Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: Itens com total compatibilidade em relação à descrição deles colocada no Termo de Referência, devendo todos serem novos e sem nenhum defeito.
- As amostras devem ser entregues no endereço: Instituto Federal do Piauí - *Campus* São Raimundo Nonato - Setor Departamento de Administração e Planejamento, Localizado na BR 020, S/N, Primavera, CEP: 64.770-000, São Raimundo Nonato-PI, de segunda-feira à sexta-feira, das 8h às 12h e de 14h às 18h, no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: a) total compatibilidade dos itens com as especificações do Termo de Referência, devendo ser produtos novos, sem defeitos e em plena condição de uso; b) qualidade, acabamento, resistência e desempenho do produto em condições de utilização; c) adequação às finalidades do item, conforme suas características funcionais e exigências técnicas estabelecidas no edital.
- No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Indicação de marcas ou modelos

Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, característica ou modelo:

Item 5: LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA DE MANEJO SUSTENTÁVEL, DUREZA CARGA 2, MATERIAL CARGA GRAFITE.

(Ref. MARCAS: FABER CASTELL, BIC ou de qualidade equivalente ou superior, desde que atenda às especificações técnicas).

Justificativas técnicas para indicação de marca:

A indicação das marcas de referência justifica-se pela necessidade de assegurar padrão mínimo de qualidade, durabilidade e desempenho do produto, especialmente quanto à resistência do grafite e à qualidade da madeira de manejo sustentável. Tais características contribuem para maior vida útil e melhor usabilidade, reduzindo desperdícios e custos com reposições frequentes, em conformidade com o princípio da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Admite-se a oferta de produto equivalente ou superior, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas.

Item 36: APAGADOR PARA QUADRO BRANCO. FELTRO ESPECIAL 100% LÃ SUPER MACIO E RESISTENTE, COM BASE PLÁSTICA REFORÇADA, MEDIDA 15 X 6 X 5 CM.

(MARCA DE REFERÊNCIA: FABER CASTELL, BIC, PILOT ou de qualidade equivalente ou superior, desde que atenda às especificações técnicas).

Justificativas técnicas para indicação de marca:

A indicação das marcas de referência fundamenta-se na necessidade de padronização e garantia de qualidade e durabilidade, assegurando eficiência na limpeza e maior vida útil do produto, nos termos dos arts. 5º e 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Admite-se produto equivalente ou superior.

Itens 37 a 39: Pincel para quadro branco, nas cores azul, preto e vermelho.

(REFERÊNCIA DE QUALIDADE: BIC MARKING ou de qualidade equivalente ou superior, desde que atenda às especificações técnicas).

Justificativas técnicas para indicação de marca:

A indicação da marca BIC Marking justifica-se pela necessidade de padronização e pela comprovada qualidade do produto, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de marcador recarregável (refil e ponta substituíveis), o que proporciona maior durabilidade, redução de resíduos e menor custo ao longo do tempo, em consonância com o princípio da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da referida Lei.

Registra-se, ainda, que produtos similares anteriormente adquiridos apresentaram baixa durabilidade, demandando substituições frequentes e elevando o custo total da contratação. Dessa forma, admite-se a oferta de produto equivalente ou superior, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas estabelecidas.

Item 40: PINCEL DESENHO, MATERIAL CABO: MADEIRA, TIPO PONTA: CHATO, MATERIAL CERDA: PÊLO SINTÉTICO, TAMANHO: 20.

(REFERÊNCIA ATLAS AT770/20 ou de qualidade equivalente ou superior, desde que atenda às especificações técnicas).

Justificativas técnicas para indicação de marca:

A indicação da marca de referência visa à padronização e à garantia de qualidade, especialmente quanto à resistência e fixação das cerdas, assegurando melhor desempenho e durabilidade, conforme os arts. 5º e 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Admite-se produto equivalente ou superior.

Item 59: PERCEVEJO, MATERIAL: METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO, TAMANHO: 10 MM. CAIXA COM 100 UNIDADES.

(REF. MARCA ACC ou de qualidade equivalente ou superior, desde que atenda às especificações técnicas).

Justificativas técnicas para indicação de marca:

A indicação da marca de referência justifica-se pela necessidade de padronização e garantia de resistência e durabilidade, evitando deformações e assegurando a adequada funcionalidade, nos termos dos arts. 5º e 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Admite-se produto equivalente ou superior.

Item 60: PORTA-CLIQUE, MATERIAL: ACRÍLICO, COR: FUMÊ, ALTURA: 60 MM, DIÂMETRO: 50 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA, IMÃ E ABERTURA CIRCULAR.

(REF. MARCA ACRIMET ou de qualidade equivalente ou superior, desde que atenda às especificações técnicas).

Justificativas técnicas para indicação de marca:

A indicação da marca de referência fundamenta-se na necessidade de padronização e garantia de qualidade e resistência do material, assegurando maior durabilidade e funcionalidade, conforme os arts. 5º e 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Admite-se produto equivalente ou superior.

Item 62: "PASTA SANFONADA, PVC, PLÁSTICO RESISTENTE, MÉDIA 240 X 320 MM, C/ 12 DIVISÓRIAS, FUMÊ, A4, ARQUIVO DE DOCUMENTO.

(REF. MARCA POLYCART ou de qualidade equivalente ou superior, desde que atenda às especificações técnicas).

Justificativas técnicas para indicação de marca:

A indicação da marca de referência justifica-se pela necessidade de padronização e garantia de resistência e durabilidade, assegurando a adequada proteção e organização dos documentos, nos termos dos arts. 5º e 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Admite-se produto equivalente ou superior.

Catálogos de produtos serão solicitados sempre que o setor demandante/equipe de planejamento acharem necessário para retirar dúvidas quanto à qualidade do produto e adequação aos critérios solicitados na descrição do produto. Os catálogos serão avaliados pelos solicitantes e comparados aos critérios exigidos e às características especificadas para cada item, seguindo os parâmetros adotados no edital e anexos.

Conforme detalhado neste ETP e no Termo de Referência, anexo ao processo licitatório, os itens referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo (s) fornecedor(es), em perfeitas condições, nas quantidades exigidas, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos. O fornecedor deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e na sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Havendo divergência entre a descrição constante no Sistema ComprasGov, na nota de empenho ou em qualquer outro documento, e a especificação técnica estabelecida no Termo de Referência (TR), prevalecerá sempre a descrição constante no TR.

O objeto desta contratação será adjudicado por item, em razão de sua natureza divisível, de modo a ampliar a competitividade, possibilitar a participação de maior número de fornecedores e promover a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em conformidade com as normas legais aplicáveis.

Não será admitida a adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços, em razão do planejamento da contratação e da limitação dos quantitativos estimados, bem como da capacidade de gerenciamento da Ata, nos termos do art. 7º, incisos I e XI, do Decreto nº 11.462/2023 e dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

O Catálogo Eletrônico de Padronização não contempla os itens a serem adquiridos nesta contratação, motivo pelo qual não será utilizado.

Garantia da contratação

Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto de baixo risco, cuja exigência poderia restringir a competitividade e elevar os custos, sendo adotadas medidas contratuais suficientes para mitigação de riscos.

Sustentabilidade

A presente contratação observa as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CNS, 7ª edição – 2024) e da legislação aplicável, adotando critérios de consumo consciente e especificações sustentáveis compatíveis com a competitividade do certame.

Além dos critérios eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- sempre que possível, os materiais deverão ser produzidos com matérias-primas recicladas, atóxicas, biodegradáveis ou provenientes de manejo florestal sustentável, devidamente certificados;
- as embalagens deverão ser reduzidas ao mínimo necessário, preferencialmente recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis;
- os fornecedores deverão adotar, quando aplicável, práticas de logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado por meio da análise de contratações similares no âmbito da Administração Pública, especialmente no Instituto Federal do Piauí, bem como por consulta ao Comprasgov do Governo Federal, com o objetivo de identificar padrões de mercado, condições de fornecimento e valores praticados para os itens pretendidos.

Verificou-se que os materiais de consumo, compreendendo material de expediente e suprimentos de impressão (cartuchos e toners), possuem características padronizadas, sendo classificados como bens comuns, amplamente comercializados e disponíveis no mercado, com significativa quantidade de fornecedores aptos ao atendimento da demanda.

As consultas realizadas evidenciaram variação de preços conforme o item e a região de fornecimento, especialmente para produtos de maior demanda, sem, contudo, comprometer a identificação de parâmetros confiáveis para a estimativa de custos da contratação.

No que se refere às alternativas de solução, constatou-se que a aquisição por meio de pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, constitui prática consolidada e eficiente na Administração Pública para objetos dessa natureza, inclusive no âmbito do IFPI, proporcionando maior competitividade, economicidade e flexibilidade nas aquisições.

Dessa Forma, conclui-se que o mercado é competitivo e apto a atender à demanda, não sendo necessária a realização de consulta pública ou outros mecanismos adicionais, tampouco a flexibilização de requisitos, por não se verificar restrição à participação de fornecedores.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na eventual aquisição parcelada de materiais de consumo, compreendendo material de expediente e suprimentos de impressão (cartuchos e toners), por meio de pregão eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando atender às demandas administrativas e educacionais do Instituto Federal do Piauí – *Campus* São Raimundo Nonato e demais órgãos participantes.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e a disponibilidade orçamentária, considerando a natureza dos itens e a impossibilidade de definição prévia das quantidades exatas a serem demandadas, evitando a formação de estoques elevados e o risco de desabastecimento.

A escolha da solução mostra-se técnica e economicamente adequada, por se tratar de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, cuja contratação por meio de pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços constitui prática consolidada na Administração Pública, proporcionando maior competitividade, economicidade, flexibilidade nas aquisições e melhor gestão dos recursos públicos.

Não se aplicam exigências relacionadas à manutenção ou assistência técnica, em razão da natureza dos bens a serem adquiridos.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho, como instrumento substitutivo de contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na respectiva Ata.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em dados objetivos de consumo registrados no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, considerando os registros de entradas e saídas do almoxarifado do *Campus* São Raimundo Nonato, referentes aos últimos exercícios, bem como na projeção das necessidades para o período de 2026/2027, representando a expectativa de demanda durante a vigência da contratação.

Para a definição dos quantitativos, adotou-se a seguinte metodologia:

- levantamento do consumo histórico por item, com base nas requisições efetivamente atendidas pelos setores demandantes;
- projeção da demanda para o período de vigência da ata de registro de preços;
- análise de eventuais variações de consumo decorrentes de fatores institucionais, tais como ampliação das atividades administrativas e acadêmicas, variação do número de usuários e intensificação das demandas por impressão.

Adicionalmente, foi considerada margem de segurança para atendimento de demandas supervenientes, com o objetivo de evitar desabastecimento e garantir a continuidade dos serviços, sem gerar excesso de estoque ou risco de obsolescência dos materiais.

Ressalta-se que, por se tratar de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, os quantitativos estimados não constituem obrigação de aquisição integral, configurando mera expectativa de consumo, sendo as aquisições realizadas de forma parcelada por cada empenho, conforme a necessidade da Administração.

As quantidades detalhadas por item encontram-se consolidadas na planilha “RELAÇÃO DE ITENS IFPI-CASRN”, anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 82.034,50

Para a formação dos preços estimados, foram observados os parâmetros da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, com utilização de dados provenientes de sistema oficial de governo (Comprasgov), nos termos do art. 5º, inciso I, contemplando contratações similares (inciso II) e, de forma complementar, pesquisa em sítios eletrônicos (inciso III), assegurando-se a obtenção de, no mínimo, três cotações por item, conforme art. 6º da referida norma, adotando-se, preferencialmente, a mediana dos valores obtidos, sendo utilizada a média aritmética nos casos em que aquela se mostrou inadequada, mediante justificativa nos autos do processo nº 23175.000116/2026-90.

O valor global estimado para a contratação no âmbito do IFPI - *Campus* São Raimundo Nonato é de **R\$ 82.034,50 (oitenta e dois mil, trinta e quatro reais e cinquenta centavos)**.

Ressalta-se que o valor apresentado constitui mera estimativa, destinada a subsidiar o planejamento da contratação e a instrução do processo licitatório, não representando obrigação de gasto por parte da Administração.

As memórias de cálculo e as fontes utilizadas encontram-se devidamente registradas nos autos do referido processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A aquisição será realizada de forma parcelada, com adjudicação por item, em conformidade com os arts. 18, §1º, inciso VIII, e 40, §3º, da Lei nº 14.133 /2021, por se tratar de objeto divisível, técnica e economicamente viável, sem prejuízo da economia de escala.

A aquisição será realizada de forma parcelada, em razão de:

1. **Restrição orçamentária:** o *Campus* não dispõe de recursos suficientes para aquisição em lote único;
2. **Princípio da economicidade:** os recursos serão aplicados conforme a real necessidade e disponibilidade ao longo do exercício;
3. **Gestão eficiente do estoque:** evita a compra de grandes volumes de material de expediente de uma só vez, reduzindo riscos de deterioração, extravio ou ocupação desnecessária de espaço físico;
4. **Princípio da eficiência:** assegura que as aquisições ocorram na medida em que a demanda efetiva se apresenta, prevenindo sobrecustos e otimizando a utilização dos recursos públicos.

O parcelamento por item **favorece a competitividade**, ampliando a participação de fornecedores, inclusive especializados, e assegura propostas mais vantajosas para a Administração.

As aquisições ocorrerão de forma **gradual ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços**, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária, promovendo gestão eficiente dos recursos e evitando desperdícios ou obsolescência.

Assim, o parcelamento da solução mostra-se **adequado e vantajoso**, compatibilizando a demanda institucional com a realidade orçamentária e garantindo maior eficiência, economicidade e competitividade na contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que influenciem diretamente a execução da presente contratação, considerando que os materiais de consumo a serem adquiridos possuem natureza autônoma e destinam-se ao atendimento das demandas administrativas e acadêmicas do IFPI – *Campus* São Raimundo Nonato.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A demanda foi incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 /Id pca PNCP: 10806496000149-0-000015/2025. Identificador da Futura Contratação 158361-00002/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de materiais de consumo, compreendendo material de expediente e suprimentos de impressão (cartuchos e toners), destinados às demandas administrativas e educacionais do *Campus*, proporcionará os seguintes benefícios:

- Suporte direto às atividades administrativas e pedagógicas, garantindo insumos básicos para o funcionamento institucional;
- Padronização e disponibilidade contínua de materiais essenciais, evitando interrupções nas rotinas de trabalho;
- Otimização do tempo dos servidores, assegurando pronta disponibilidade de recursos necessários às tarefas;
- Maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, por meio de contratação planejada e baseada em levantamento de mercado;
- Aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa, refletindo na melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade;
- Atendimento às demandas de ensino, pesquisa e extensão, que dependem de insumos básicos de expediente para sua operacionalização.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a presente contratação, deverão ser observadas as seguintes providências:

- Após a homologação do procedimento licitatório, assinatura das Atas de Registro de Preços, emissão dos contratos (empenhos substitutivo de contrato) e a devida formalização do compromisso entre a Administração e o(s) contratado(s), a avaliação e acompanhamento dos itens adquiridos serão de responsabilidade do setor demandante/Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado ou de servidor designado para essa função.
- Os responsáveis realizarão a verificação da conformidade dos bens recebidos em relação às exigências editalícias e anexos, assegurando a adequada gestão contratual.
- Quanto ao ambiente institucional, não se faz necessária adequação específica, pois o *Campus* dispõe de sala apropriada e espaço suficiente para o armazenamento dos materiais.
- No que se refere à capacitação de servidores, não há necessidade de treinamento adicional, considerando que os responsáveis pelo recebimento e ateste da mercadoria são os mesmos que participaram da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, pertencentes ao setor demandante, já familiarizados com as especificidades do objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação envolve materiais de expediente e suprimentos de impressão destinados às atividades administrativas e pedagógicas, os quais, em geral, são de uso rotineiro e não apresentam risco ambiental relevante. Contudo, alguns aspectos merecem atenção:

- Geração de resíduos sólidos decorrentes do descarte de embalagens, papéis, materiais plásticos, bem como de cartuchos e toners utilizados;
- Consumo de papel nas atividades administrativas, contribuindo para o uso de recursos naturais e aumento na geração de resíduos;
- Necessidade de descarte ambientalmente adequado de suprimentos de impressão, tendo em vista a presença de componentes potencialmente poluentes;
- Possíveis impactos associados ao descarte inadequado de resíduos não recicláveis.

Para mitigar esses impactos, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- Estímulo ao uso racional dos materiais de expediente e de impressão, evitando desperdícios;
- Priorização, sempre que possível, da aquisição de produtos com menor impacto ambiental, como papel reciclado e materiais sustentáveis;
- Implementação de práticas de segregação e destinação adequada dos resíduos gerados, com incentivo à reciclagem;
- Adoção de medidas voltadas à logística reversa de cartuchos e toners, conforme previsto na Lei nº 12.305/2010, sempre que aplicável;
- Orientação contínua aos servidores quanto ao uso consciente dos recursos;
- Observância, pela contratada, das normas de sustentabilidade previstas na legislação vigente, especialmente no que couber à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

À luz dos Estudos Técnicos Preliminares, concluiu-se que a contratação para aquisição de materiais de consumo, compreendendo material de expediente e suprimentos de impressão (cartuchos e toners), destinados às demandas administrativas e educacionais do IFPI – *Campus* São Raimundo Nonato, é tecnicamente viável, operacionalmente adequada e economicamente justificável. A adoção do Pregão Eletrônico, preferencialmente na forma de Sistema de Registro de Preços, mostra-se apropriada por permitir aquisições conforme a demanda, entregas parceladas, melhor gestão dos recursos orçamentários e maior competitividade entre fornecedores, assegurando a continuidade dos serviços institucionais e alinhando-se às diretrizes de eficiência e economicidade da Administração Pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE IVONETE PAES DE OLIVEIRA JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/04/2026 às 08:08:34.

WILSON PEIXOTO DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

PAULO HENRIQUE SOUSA SANTOS JUNIOR

Membro da comissão de contratação